

2. Conceitos e Processos identitários

Neste capítulo abordarei o conceito de identidade a partir de três perspectivas teóricas que fundamentam a análise e a discussão dos dados gerados nesta pesquisa. Entendo que o processo identitário é permeado pelo binômio linguagem e sociedade. Por isso, primeiramente, parto dos pressupostos da Sociologia que seguem um viés não essencialista e contextualizado no que tange aos estudos das identidades na contemporaneidade (Hall, 2011; Bauman, 1998, 2005). Em seguida, ressalto o papel da linguagem na construção do indivíduo, defendido pelo socioconstrucionismo (Moita Lopes, 2003; Sarup, 1996; Bucholtz e Hall, 2005). Finalmente, uma vez que a geração dos dados ocorre junto a um grupo de pessoas que exercem a mesma atividade profissional, considero os conceitos de *ingroupness* e *outgroupness*² (Duszak, 2002), assim como o conceito de *we-ness*³ (Snow, 2001), que dão suporte para a investigação de identidades de grupo ou identidades coletivas.

2.1 Identidades sob a ótica da contemporaneidade

Recentemente a questão da identidade passou a ter centralidade nas pesquisas em ciências sociais. Seguindo a argumentação de Hall (2011: 9), no final do século XX, mudanças estruturais transformaram as sociedades modernas, tornando instáveis conceitos de sexualidade, gênero, classe, nacionalidade, etnia, que outrora forneciam sólidas localizações sobre os sujeitos sociais. Essas transformações mudaram, inclusive, a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. A perda de um “sentido de si” estável e coerente constitui, conforme comenta Hall (2011), uma “crise de identidade” para o indivíduo [aspas no original]. A questão da identidade se torna um objeto de pesquisa no contexto contemporâneo em que as identidades deixam de ser o foco de estabilidade do mundo social.

² *Ingroupness*: afiliado ao grupo; *outgroupness*: não-afiliado ao grupo.

³ *We-ness*: Sentido coletivo de nós.

Para demonstrar as transformações na noção de identidade ocorridas através dos tempos, Hall (2011: 10-13) distingue três concepções de identidade: a do *sujeito iluminista*, a do *sujeito sociológico* e a do *sujeito pós-moderno*. O sujeito do Iluminismo era um indivíduo centrado e unificado, havia nele um núcleo interior que, ao longo de sua existência, permaneceria sempre o mesmo. Trata-se de uma concepção contínua e individualista do sujeito e de sua identidade. A concepção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e, por conta disso, entendia a formação da identidade de maneira mais interativa. O núcleo interior do sujeito sociológico seria o seu “eu real”, no entanto, este núcleo não era autônomo e autossuficiente, era formado e modificado num diálogo incessante entre o sujeito e o meio social em que vive. Por sua vez, o sujeito pós-moderno não apresenta um núcleo único e estável, capaz de definir sua identidade em um vínculo local. Este sujeito encontra-se fragmentado em diversas identidades, algumas contraditórias ou não resolvidas. Conforme indica Hall (2011: 13):

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

Bauman (2005: 18) chama esse tempo pós-moderno de “época líquido-moderna”. A exemplo da liquidez na constituição identitária, o autor (2005: 33) cita um cartaz publicitário que, espalhado pelas ruas de Berlin em 1994, ridicularizava a lealdade a estruturas que não eram mais capazes de conter as realidades do mundo: “Seu Cristo é judeu. Seu carro é japonês. Sua pizza é italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, árabicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho é estrangeiro”. O cartaz de Berlim demonstra a fragmentação de nossas identidades culturais, trazendo implícito o fenômeno da globalização.

A globalização é um fator que precisa ser considerado neste estudo por sua influência na construção das identidades. O desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação cada vez mais liga o local ao global, possibilitando um diálogo constante entre as identidades, deslocando-as de um contexto único.

Hall (2011: 69) aponta que uma das principais consequências da globalização seria a “compressão do espaço-tempo”, isto é, a “aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância”. Assim, as identidades se tornam desvinculadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem “flutuar livremente” (Hall, 2011: 75).

Em um mundo instável, as identidades também se tornam instáveis. Segundo Bauman (1998), hoje em dia, diante da volatilidade e instabilidade das relações institucionais e pessoais, a fluidez identitária passa a ser valorada como flexibilidade e capacidade de adaptação a nova ordem mundial. Num mundo em que a durabilidade não é mais um valor tão importante como no passado, as identidades podem ser adotadas e descartadas. Uma identidade coesa, apegada às regras e à lógica da continuidade é vista como uma forma engessada, uma limitação da liberdade. Conforme afirma Bauman (1998: 114):

E desse modo a dificuldade já não é descobrir, inventar, construir, convocar (ou mesmo comprar) uma identidade, mas como impedi-la de ser demasiadamente firme e aderir depressa demais ao corpo (...) O eixo da estratégia de vida pós-moderna não é fazer a identidade deter-se – mas evitar que se fixe.

Bauman (2005: 54) compara a construção de nossa identidade pessoal (ou identidades pessoais) com a montagem de uma figura com as peças de um quebra-cabeça. No entanto, o autor chama atenção para o fato de que só se pode comparar a identidade com um quebra-cabeça *incompleto*, ao qual falem muitas peças. As peças que compõem nossas identidades não ocupam espaços fixos ou permanentes. Por vezes, as peças e os espaços podem não se encaixar de forma coesa, formando uma imagem sobreposta e/ou uma contradição, outras vezes haverá lacunas em que nenhuma peça se encaixará. A tarefa de um construtor de identidade é, como diria Lévi-Strauss (apud Bauman, 2005: 55), “a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem a mão”.

As ideias de Bauman (1998, 2005) e Hall (2011) aqui discutidas auxiliam a tarefa de entender como se representam e se constituem os professores de inglês participantes da pesquisa na ótica contemporânea. Na próxima seção discutirei como a noção de identidades fragmentadas, múltiplas, contraditórias e processuais

se relaciona com os caminhos de um campo de estudos que complementa essa imagem identitária do sujeito pós-moderno, investigando o processo de construção das identidades nas práticas discursivas em que interagimos em nosso meio social.

2.2

Identidades construídas na interação discursiva

Os atuais estudos da linguagem, da psicologia social e da sociologia que versam sobre a questão identitária partem da premissa de que as identidades são construídas socialmente através do discurso (perspectiva socioconstrucionista), afastando-se de uma concepção essencialista de identidades como qualidades inerentes dos seres humanos. Moita Lopes (2003: 19) explica que a temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, “uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso de linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico”. A noção de identidade é, portanto, um construto de natureza social, construída nas práticas discursivas em que interagimos com o outro em um determinado momento histórico.

Na visão socioconstrucionista, todo uso da linguagem envolve alteridade (Bakhtin, 1929/1981) e situacionalidade (Lindstrom, 1992), uma vez que é impossível pensar o discurso sem considerar que este é produzido em um processo interacional, isto é, agimos discursivamente em relação aos outros sujeitos envolvidos e ao contexto de produção (Moita Lopes, 2003). As práticas discursivas são os espaços onde as identidades sociais se manifestam, pois “embora a identidade possa ser construída de diversas formas, ela é sempre construída no simbólico, ou seja, na linguagem” (Sarup, 1996: 48). Então, ao participarmos de uma prática discursiva, além de percebermos a identidade social dos outros e posicionarmos nossa identidade social baseados nessa percepção, também trabalhamos na reconstrução das identidades sociais dos participantes, assim como das nossas próprias, no momento da interação. Partindo dessa perspectiva, o processo de construção de nossas identidades passa de uma

dimensão individual para uma dimensão social. Em outras palavras, pode ser encarado como um processo de *coconstrução* identitária.

A identidade não é um produto acabado, “não é algo que encontremos ou que tenhamos de uma vez para sempre. Identidade é um processo” (Sarup, 1996: 28), um processo dinâmico e contínuo. Por isso, estamos sempre reelaborando quem somos para nós mesmos e para os outros. Na figura abaixo procuro representar esse processo identitário em uma via de mão-dupla: os indivíduos, ao se engajarem nas práticas discursivas e interagirem com outros indivíduos, constroem identidades sociais, que, por sua vez, inserem-se em determinadas culturas; no caminho inverso, os meios culturais influenciam a construção das identidades sociais, as quais determinam em que tipos de práticas discursivas os indivíduos se engajarão e de que maneiras poderão se posicionar no discurso.

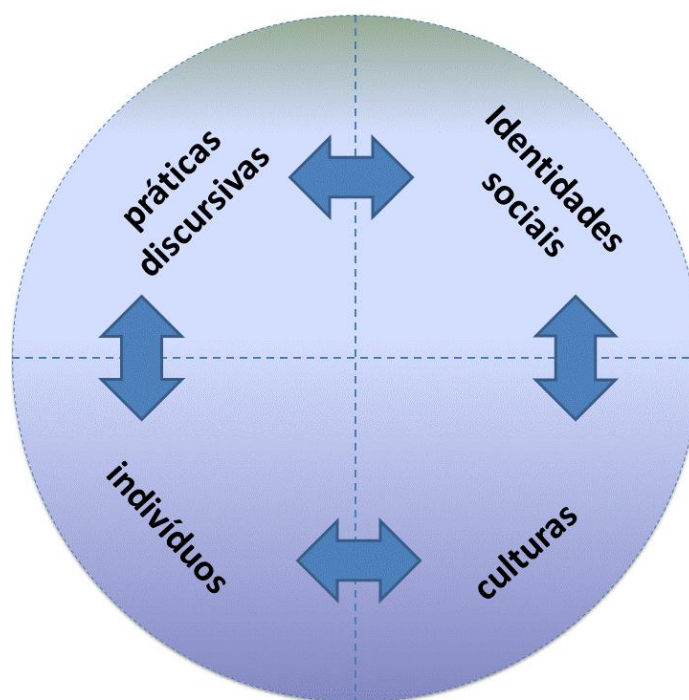


Figura 1: Multidimensões no processo identitário

Sarup (1996: 6) enfatiza que essa noção de identidade como um processo permanentemente em reconstrução tem a ver “não com ser, mas com tornar-se”. Como essa reconstrução de quem somos ocorre no discurso, convém explicar que “todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores” (Moita Lopes, 2003: 19). Tais marcas identitárias

— algumas mais duradouras, outras mais provisórias — são formadas durante todo o percurso de existência do indivíduo, situadas nos contextos sócio-históricos e culturais que o envolvem. Ao nos engajarmos em uma interação, nos posicionamos como certo tipo de pessoa, por exemplo, como uma mulher, brasileira, branca, professora, católica, heterossexual, etc., ou seja, dependendo da prática discursiva ou do posicionamento interacional do nosso interlocutor, traços identitários são suspensos enquanto outros se tornam evidentes. Ou como indica Gee (2001: 99 apud Moita Lopes, 2003: 20): “o ‘tipo de pessoa’ por meio do qual se é reconhecido, em um dado momento e lugar, pode mudar de momento em momento na interação, pode mudar de contexto para contexto, e, claro, pode ser ambíguo ou instável”.

Penso que as identidades sociais do professor de inglês da rede pública é um produto de ordem histórica, cultural, ideológica, entre outros. Isso quer dizer que a identidade profissional desses indivíduos é permeada pelos discursos institucionais que circulam na sociedade sobre esses profissionais ao longo da história – o discurso da mídia, da política, da secretaria municipal de educação, da própria escola onde atuam, dentre outros. Quanto a isso, Moita Lopes (2003: 21) afirma que “as instituições e as coletividades operam na legitimação institucional, cultural e histórica de certas identidades sociais enquanto outras são tornadas ilegítimas, destruídas, encarceradas, desempregadas e patologizadas”. Assim, me interessa investigar também a representação da instituição ‘Rede Pública de Ensino do Município do Rio’ no discurso das professoras participantes da pesquisa, buscando entender como esta instituição contribui para legitimar ou ilegitimar as identidades sociais destas professoras de inglês.

As relações de poder subjazem os discursos institucionais, sendo reforçados e reproduzidos nas interações cotidianas. No entanto, como aponta Fairclough (2001: 61), “não estamos meramente posicionados, de forma passiva, mas somos capazes também de atuar como agentes”. Ou conforme afirma Foucault (1979: 241 apud Silva, 2011: 37), “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação”. Em outras palavras, podemos aceitar as identidades impostas a nós pelas práticas discursivas da sociedade, assim como tomar posições diferentes e criar contradiscursos. O processo de construção identitária do professor de inglês por vezes mais conformado outras vezes mais

ativo será evidenciado no discurso das professoras participantes desta pesquisa ao abordar, através da narrativa, situações de suas práticas diárias na escola, onde se posicionam como profissionais da educação.

Até aqui apresentei uma revisão teórica que embasa a noção de identidade norteadora desta pesquisa. Bucholtz e Hall (2005) propõem pressupostos teórico-analíticos que auxiliam na tentativa de entender a (re)construção identitária através dos processos de indexação e das táticas de intersubjetividade. As autoras (2005: 585-586) defendem a abordagem das identidades como um fenômeno relacional e sociocultural que emerge e circula em contextos discursivos locais de interação, e não como uma estrutura estável localizada principalmente na psique individual ou em categorias sociais fixas. Assim, baseadas em construtos de diferentes autores e áreas de estudos, Bucholtz e Hall (2005: 587-614) elaboram um quadro para a análise do processo de construção de identidades no momento da interação, estabelecendo cinco princípios norteadores: 1) O princípio da emergência; 2) O princípio da posicionalidade; 3) O princípio da indexicalidade; 4) O princípio da relacionalidade; 5) O princípio da parcialidade.

O *princípio da emergência* remete à noção de identidade como um fenômeno fundamentalmente social e cultural, uma vez que as identidades emergem de condições específicas da interação linguística. Em outras palavras, a identidade não é uma fonte pré-existente de práticas linguísticas e semióticas, mas um processo emergente em alguma forma de discurso. Neste estudo, a emergência de identidades se dá no contexto de uma *conversa de pesquisa* (cf. 66), na coconstrução de diversos relatos e histórias de docência (cf. p.45) contadas pelas professoras/participantes da pesquisa. Acredito ser essencial explicitar o contexto cultural e social em que os dados de pesquisa foram gerados, devido à influência de tal contexto tanto na emergência de certos traços identitários quanto no apagamento de outros.

O *princípio da posicionalidade* desafia a visão de identidade comum nas ciências sociais quantitativas (Labov, 1972; Frishman, 1971; dentre outros) que correlacionam comportamento social com macro categorias identitárias, como idade, gênero e classe social. Tais estudos desconsideram as nuances e os papéis dos participantes construídos a cada momento da interação. Bucholtz e Hall (op.

cit) ampliam o conceito de identidades ao incluir, além dessas categorias demográficas de nível macro supracitadas, as categorias identitárias locais/culturais e as posições interacionais transitórias de níveis micro. As participantes dessa pesquisa são mulheres, jovens e docentes, essas são as categorias demográficas evidenciadas nos dados. Quanto às categorias identitárias locais e os posicionamentos interacionais, veremos que são reconstruídos em diversos momentos da interação. A guisa de exemplo, menciono a história contada pela participante Tainá (cf. p.96) que ao entrar em sua sala de aula e chamar a atenção dos alunos indisciplinados foi reconhecida como uma “não professora” na fala de sua aluna, uma vez que não costuma ser rígida como os demais professores de sua escola. Este exemplo demonstra uma das possíveis nuances que a categoria identitária de professor pode apresentar de acordo com o contexto cultural local.

O *princípio da indexicalidade* abrange os mecanismos linguísticos – ou processos de indexação – pelos quais a identidade é constituída na interação. Bucholtz e Hall (op. cit) mencionam várias formas de indexação, incluindo: (a) menção explícita de categorias de identidade; (b) implicaturas e pressuposições em relação às posições identitárias do *self* e dos outros; (c) orientações avaliativas e epistêmicas durante a fala, bem como alinhamentos interacionais e papéis assumidos pelos participantes na interação, e (d) o uso de estruturas e sistemas linguísticos ideologicamente associados com personalidades e grupos específicos. Neste estudo, serão importantes, principalmente, os elementos avaliativos das narrativas (cf. seção 3.3) e os alinhamentos interacionais que promovem a coconstrução narrativa (i.e. narrativa construída em conjunto).

O *princípio da relacionalidade* sinaliza que as identidades não são construídas de maneira autônoma ou independente, pois mantêm uma relação intersubjetiva com outras posições identitárias disponíveis ou outros atores sociais. As relações complementares, muitas vezes sobrepostas, que constituem os significados sociais das identidades são chamadas de táticas de intersubjetividade, as quais se dividem em três processos distintos. O primeiro processo, adequação/distinção, refere-se, respectivamente, a construção de similaridades e diferenças. A adequação baseia-se na supressão das diferenças sociais dos indivíduos, de forma a manter uma representação definida do grupo a que

pretendem pertencer. Enquanto a distinção depende da supressão de similaridades que possam comprometer a construção da diferença entre indivíduos e grupos sociais. O segundo processo, autenticação/desnaturalização, corresponde, respectivamente, à construção de identidades genuínas (que podem ser autenticadas no discurso) e identidades artificiais (que subvertem a uniformidade identitária). O terceiro processo, autorização/ilegitimação, considera os aspectos institucionais e estruturais envolvidos na construção de identidades. A autorização considera a afirmação ou imposição de uma identidade através de estruturas institucionais de poder e ideologia. Enquanto a ilegitimação aborda as maneiras pelas quais as identidades são censuradas ou simplesmente ignoradas pelas mesmas estruturas de poder e ideologia.

Por último, o *princípio da parcialidade* propõe que qualquer construção identitária pode ser em parte (a) deliberada e intencional; (b) habitual e, por isso, menos consciente; (c) um resultado de uma negociação e contestação interacional; (d) um resultado da percepção e representação dos outros; (e) um efeito de amplos processos ideológicos e estruturas materiais que podem se tornam relevantes para a interação. Desse modo, o processo de construção identitária está em constante mudança, tanto no desenrolar da interação, quanto nos contextos discursivos em que se insere. Em suma, a identidade é sempre parcial, pois mesmo as identidades aparentemente coerentes, como aquelas que se colocam como deliberada e intencional, são dependentes de restrições interacionais e ideológicas para suas articulações. Discutirei, na análise, os momentos em que as participantes constroem e reconstroem suas identidades no decorrer da interação, sinalizando uma correlação com tal princípio.

Tanto Bucholtz e Hall (2005) quanto os demais teóricos mencionados nesta seção defendem que a identidade é emergente no discurso, isto é, não existe uma identidade prévia ou deslocada das práticas discursivas que organizam a vida humana. O leitor deve ter percebido a ênfase em localizar o processo de construção da identidade como um fenômeno social, cultural e, fundamentalmente, interacional, conforme é apresentado nas palavras de Moita Lopes (2003: 25): “Quando se envolvem na construção do significado, as pessoas estão agindo no mundo por meio do discurso em relação aos seus interlocutores e, assim, se constroem e constroem os outros”. Na seção seguinte, explorarei, com

base nos construtos teóricos de Duszak (2002) e Snow (2001), como essa relação com os *outros* atua na dimensão coletiva das identidades.

2.3

Identidades coletivas: uma forma de (re)construção identitária

O objetivo desta pesquisa é investigar o processo de (re)construção das identidades de professoras de inglês da rede pública em um momento de interação oral entre colegas de profissão. Analisando os dados, percebo que as professoras constroem suas identidades no discurso através de narrativas e de outras práticas discursivas que delineiam um senso de pertencimento e afiliação à categoria social de professores, mais especificamente de um grupo de professores de inglês da rede municipal do Rio de Janeiro. Para Snow (2001), essa noção de pertencimento, que demonstramos quando compartilhamos interesses, opiniões, atitudes e/ou atividades em comum, está ligada à noção de *identidade coletiva*. O autor entende o processo de (re)construção de identidades coletivas como o reconhecimento – consciente ou não – de um senso comum de “nós” [*we-ness*, no original], o qual se estabelece a partir de “atributos reais ou imaginários compartilhados e em experiências entre aqueles que compõem a coletividade e em relação ou contraste a um ou mais grupos de ‘outros’”.

Snow (2001: 1-3) explica que, além da identidade coletiva, existem ainda dois tipos conceitualmente distintos de identidade que nos constroem como indivíduos: identidade pessoal e social. O autor define cada tipo de identidade e explica que, embora eles se interconectem, um não pode ser inferido de acordo com a posição do outro. As *identidades sociais* são atribuídas a alguém para situá-la em um determinado espaço social. Tais identidades se ancoram em papéis sociais estabelecidos, como “professor” e “mãe”, ou em categorias sociais mais amplas e inclusivas, como gênero, etnia, nacionalidade, e funcionam como pistas que orientam os sujeitos sociais no momento da interação. Já as *identidades pessoais* são significados que atribuímos a nós mesmos, como autodesignações e autoatribuições que nos distinguem como pessoa.

Ao se posicionarem discursivamente, as participantes da pesquisa assumem traços identitários pessoais, sociais e coletivos. Snow (op. cit: 3) propõe cinco fatores que distinguem as *identidades coletivas* das identidades pessoais e sociais: i) elas podem ou não ser incorporadas em identidades sociais existentes, uma vez que estão sempre em desenvolvimento, como no caso das identidades coletivas que surgem no curso de eventos dinâmicos de protesto social; ii) o coletivo "senso de nós" é animado e mobilizado cognitivamente, emocionalmente e às vezes até mesmo moralmente, o que gera um senso de "agência coletiva"; iii) a emergência de identidades coletivas demonstra que outras identidades sociais têm diminuído em importância e relevância para o determinado momento; v) identidades coletivas tendem a ser mais fluidas, provisórias e transitórias do que as identidades sociais e pessoais.

Muito pertinente neste estudo da construção do pertencimento à determinada identidade coletiva é o estudo de Duszak (2002) sobre a distinção que fazemos entre o "nós" e os "outros". Segundo a autora, essa distinção se desenvolve naturalmente, uma vez que costumamos nos aproximar de pessoas com as quais temos afinidades, enquanto nos afastamos daqueles que são diferentes de nós. A maneira como demonstramos proximidade ou distanciamento a um grupo proporciona afiliação/inclusão (*ingroupness*) ou não-afiliação/exclusão social (*outgroupness*), que são desenvolvidos "com base em nossos valores, crenças, estilos de vida, experiências e expectativas" (Duszak, 2002: 2). Assim, somente ao comparar *nós* mesmos com os *outros* é que podemos construir nossos alinhamentos e não-alinhamentos.

Portanto, é através de manifestações de solidariedade ou desinteresse em relação ao *outro* que (re)construímos nossas identidades, uma vez que, conforme afirmam Forgas e Tajfel (1981: 124 apud Duszak, 2002: 2), "nós somos o que somos, porque eles não são o que nós somos". Sublinho aqui o aspecto relacional da construção identitária, já mencionado anteriormente com base em Moita Lopes (2003) e Bucholtz e Hall (2005), que apontam para a imprescindibilidade da sociabilização com outros interlocutores para, assim, nos construirmos e construirmos os outros. Outra voz que ecoa neste conceito de Duszak (2002) é a de Bakhtin, filósofo da linguagem que propôs o construto teórico da alteridade. Para Bakhtin (2006), as relações de *alteridade* participam dialogicamente de todas

as instâncias da constituição do sujeito, pois a palavra do outro é uma condição de toda ação do eu. E, dentro das infinitas possibilidades de manifestação dessa ação do eu, temos a afiliação a sistemas de coletividades.

Quando interagimos com as pessoas, procuramos por sinais de proximidade e distanciamento. Tais sinais podem incluir símbolos, gênero, aparência étnica, idade, padrões de comportamento, desenhos em camisas e, dentre muitos outros exemplos, o mais importante, as palavras que são ditas. Duszak (2002: 6-9) explica que a linguagem possui inúmeros recursos linguísticos para sinalizar a distinção *nós-outros*, tornando-os relevantes para entender como indivíduos e grupos se engajam em (futuras) interações. O primeiro recurso linguístico mencionado pela autora são os dêiticos. Dêiticos expressam uma identificação explícita no discurso, eles podem ser pronomes pessoais (como "nós", "eles"), pronomes demonstrativos (como "isto", "aquilo") e advérbios de lugar (como "aqui", "lá"). De acordo com Duszak, tais recursos podem ser habilidosamente usados no discurso para construir, redistribuir ou modificar valores sociais de inclusão e exclusão.

O fenômeno da variação linguística, seja fonológica, léxica ou sintática, também contribui para a distinção *nós-outros*, pois atua na construção das identidades dos indivíduos em termos de dialetos étnicos, regionais ou sociais. Muitos estudos no campo da linguística variacionista demonstram que somos categorizados de acordo com o tipo de língua que usamos. Logo, Duszak conclui que a posse de um determinado código linguístico é sinal de inclusão social (*ingroupness*) para alguns e fonte de estigmatização social ou rejeição (*outgroupness*) para outros. Estudos no campo da análise crítica do discurso também são mencionados, pois se concentram em entender o papel das ideologias dominantes nas divisões dos grupos sociais: "Ideologias são representações mentais que tem uma função cognitiva na organização de crenças e uma função social na definição de grupos" (Duszak, 2002: 7). Em outras palavras, as ideologias sancionam discursivamente nossas intenções, valores e interesses coletivos. Duszak (2002: 8) se reporta a van Dijk (1997) quando afirma que através das ideologias "podemos esperar encontrar ênfase nas nossas coisas boas e nas coisas ruins deles; e inversamente, a negação ou mitigação de nossas coisas ruins e das coisas boas deles".

Entendo serem relevantes as discussões e contribuições dos autores acima mencionados no que diz respeito à busca de entendimentos sobre as identidades coletivas visto que permitem delinear um perfil de identidade coletiva para as professoras de inglês participantes da pesquisa, partindo de uma perspectiva socioconstrucionista. Explicitarei na análise dos dados que tal identidade coletiva é também emergente e processual, atualizada a cada momento da interação, quando, por exemplo, deslocamos o papel dos *outros/eles* ora como os alunos, os pais dos alunos, os professores mais antigos, e assim, conseqüentemente, modificamos também a construção de *nós* com o qual nos identificamos.

No próximo capítulo, abordarei como as práticas discursivas de narrar, relatar e avaliar atuam no processo de (re-)construção de nossas identidades, sejam identidades pessoais, sociais ou coletivas.